



1
2
3
4
5
6
7

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO AMAZONAS – CDSPCT/AM, realizada no dia 19 de maio de 2021.

8 Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, foi realizada a Décima
9 Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e
10 Comunidades Tradicionais do Amazonas, por meio de vídeo conferência, na
11 plataforma TEAMS, com início às 9h25min, encerramento às 12h00min, onde foi
12 discutida a seguinte pauta: 1 - Abertura da reunião pela Presidente do CDSPCT; 2 –
13 Informes da Secretaria Executiva; 3 - Leitura e aprovação da ATA da 3ª Reunião
14 Extraordinária do CDSPCT/AM, ocorrida em 16 de dezembro de 2020; 4 –
15 Apresentação de demanda encaminhada pelo Fórum das Águas relacionado ao
16 tombamento do Encontro das Águas; 5 – Encaminhamentos finais. **Estiveram**
17 **presentes os seguintes Conselheiros:** Christina Fischer (SEMA), Henrique dos
18 Santos Pereira (UFAM), Adenilde de Almeida Pinto (GTA), Nadiele Pereira Pacheco
19 (IDAM), Lucinete Gadelha da Costa (UEA), Ismael da Costa Silva (SECT), Maria
20 Joselma Rodrigues da Silva (MAPA), Sheron Torres de Macedo (SEPROR), Serafim
21 José Taveira Junior (CONAB), Alberto Jorge Rodrigues da Silva (ARATRAMA), Maria
22 Isabel de Oliveira da Silva (AMARN). **Participaram como convidados/ouvinte:**
23 Glauce Ma. Tavares Monteiro (SEMA), Daniel Pinheiro Viegas (PGE), Lilia Marina
24 Ferreira de Assunção, Sandoval Alves Rocha, Gilberto Ribeiro, Valter Calheiros e
25 Gleice Oliveira (FÓRUM DAS ÁGUAS). **Instituições ausentes:** SEC, MMTR/AM,
26 IPDA, AASTRALL, ADS, ASPROC, APROCAM, ASPROJU, AQB, CGTT, CNPA,
27 COIAB, COVEMA, FEPESCA, FETTAGRI, FOIRN, GRUCATE, SEBRAE, CNS,
28 EMBRAPA, F A S, FUNAI, FVA, ICMBIO, INPA, IPAAM, MDA, MDS, MMA, SEDECTI,
29 SETRAB e STTRL. **A presidente da sessão, Cristina Fischer,** iniciou a reunião em
30 segunda chamada, e informou que por falta de quórum não seria possível fazer a
31 leitura e aprovação da ATA. Prosseguiu dando boas-vindas a todos e ressaltou a
32 importância dos conselheiros José Nestor de Paula Lourenço, EMBRAPA, e Basílio
33 Vianez, INPA, que faleceram em decorrência da COVID-19 e da colaboradora da





34 SEMA, Bárbara, que trabalhava no setor GIZ, que faleceu em decorrência de um
35 câncer, e agradeceu todo o trabalho que foi realizado por eles ao longo dos últimos
36 anos. Em seguida deu continuidade a pauta, onde seria discutido o ITEM 4, sobre o
37 tombamento do Encontro das Águas. **O Conselheiro representante da ARATRAMA,**
38 **Alberto Jorge Rodrigues da Silva,** fez um breve comentário homenageando os
39 Conselheiros José Nestor e Basílio Vianez, e a colaboradora da SEMA, Bárbara, em
40 especial para o José Nestor, que teve uma participação efetiva muito forte no
41 Conselho e desde o início do Conselho não poupou esforços para ajudar no que fosse
42 necessário. Sobre a COVID-19, comentou que de acordo com notícias que vêm
43 recebendo, irá acontecer a terceira onda, e ressaltou que os Povos e Comunidades
44 Tradicionais, que vivem no perímetro urbano, estão enfrentando dificuldades para
45 receber as vacinas contra a COVID, e acredita que esse Conselho precisa pautar
46 novamente esse assunto para conseguir uma solução. Finalizou pedindo para ficar
47 registrado que o documento que foi prometido pelo representante da PGE, Daniel
48 Viegas, sobre o tombamento, que será debatido na presente reunião, não chegou a
49 ele. **A presidente da sessão, Christina Fischer,** reforçou a falta que o Conselheiro
50 Nestor de Paula fará em todos os Conselhos que ele integrava assim como o
51 Conselheiro Basílio Vianez e a colaboradora Bárbara. Sobre a situação das vacinas,
52 deixou como encaminhamento para o a próxima reunião, que seja feito um panorama
53 das ações que foram realizadas ao longo desse ano em relação ao apoio aos Povos
54 e Comunidades Tradicionais, incluindo um convite a Secretaria de Saúde do município
55 para se ter uma noção de como está acontecendo o processo de vacinação para esse
56 público, além de outras atividade que outras secretarias têm feito, e convidá-los para
57 fazer esse panorama e elaborar um plano de ação perante esse cenário que está se
58 desenhando de aumento da gravidade da situação. **O Conselheiro representante da**
59 **ARATRAMA, Alberto Jorge Rodrigues da Silva,** aproveitou a oportunidade para
60 deixar registrado, em nome da sua instituição e da Associação Toy Badé, um
61 agradecimento pela ajuda em forma de material de higiene que foi fornecido por esse
62 Conselho por intermédio da SEMA. Muitos insumos foram arrecadados em parceria
63 com a sociedade civil e, principalmente, com a ajuda da F A S. Atualmente o
64 quantitativo de doações não está atendendo nem 5% dessa população, mas é





65 importante é registrar esse agradecimento por toda a ajuda recebida. **A Presidente**
66 **da Sessão, Christina Fischer**, deixou como encaminhamento a realização de uma
67 articulação com os órgãos de governo para que possam ampliar esse atendimento
68 aos Povos e Comunidades tradicionais, principalmente essa questão de saúde
69 alimentar, por meio do apoio do Governo Federal, assim como a questão da
70 vacinação. Em seguida pediu para que avançassem na pauta para apresentar o que
71 estava acontecendo no âmbito do tombamento do Encontro das Águas. **O**
72 **representante da PGE, Daniel Pinheiro Viegas**, ajudou na articulação com o Fórum
73 das Águas sobre o tombamento do Encontro das Águas, cumprimentou a todos
74 dizendo que ainda não havia sido convidado a nenhuma reunião do CDSPCT, e este
75 conselho muito lhe interessa. Informou que foi realizada uma reunião sobre esse
76 assunto, que contou com a presença do **Conselheiro Alberto Jorge**, da própria
77 SEMA e do Fórum das Águas, e mencionou que havia entregado o documento ao
78 Valter Calheiros, e achou que o **Conselheiro Alberto Jorge**, entraria em contato com
79 o Valter para pedir o documento, e pediu desculpas por essa situação. Fez então um
80 resumo das questões judiciais, dizendo que esse processo está distribuído em 3
81 ações, a primeira foi uma ação em que o Ministério Público queria o reconhecimento
82 judicial do valor histórico, cultural, estético, paleontológico, geológico e paisagístico
83 do Encontro das Águas e inseri-lo dentro do regime de espaço especialmente
84 protegido, que tem a natureza jurídica de uma unidade de conservação de proteção
85 integral. Essa ação foi ajuizada antes do tombamento, pois, era uma preocupação
86 deles o fato de não haver regulamentação do uso daquela área. Em seguida o
87 Ministério Público entrou com outra ação, essa foi contra o IPAAM, por ter licenciado
88 a empresa Lajes Logística S/A para a construção do Porto das Lajes. Em terceiro, o
89 estado ajuizou uma ação civil pública, por conta de vícios formais, para anular o
90 processo de tombamento que estava sendo feito pelo IPHAN. Comentou que assumiu
91 a Procuradoria do Meio Ambiente em 2018 e uma das primeiras questões que lhe
92 apareceram foi essa do tombamento, sendo uma questão que já lhe interessava
93 academicamente e viu a oportunidade de realmente contribuir para essa causa, e uma
94 coisa que verificou foi que havia uma manifestação do IPAAM e da SEMA
95 concordando com os termos estabelecidos no tombamento, ou seja, a administração





96 pública estava dizendo, objetivamente, que não se opunha mais ao tombamento do
97 Encontro das Águas. Isso o conduziria a desistir da ação que buscava a anulação do
98 tombamento, pois, ficou entendido que o estado perdeu o interesse jurídico na sua
99 anulação. Porém, o tombamento não protege o Encontro das Águas como deveria,
100 pois, ele é limitado e protege somente o desenho arquitetônico do local, nele não há
101 previsão de medidas em relação aos povos e as comunidades que vivem daquela
102 área, sendo assim, sugeriu a Casa Civil que o Governador propusesse uma reunião
103 com o Procurador Geral da República para que pudessem construir um acordo para
104 as três ações em andamento, que viabilizasse o tombamento e atendesse às
105 preocupações socioambientais com relação àquela área. A Casa Civil lhe autorizou a
106 seguir nessa estratégia, pedindo que ele fizesse um acompanhamento junto aos
107 Procuradores da República em Manaus para que não sejam surpreendidos
108 posteriormente. Nesse meio tempo, foi procurado pela empresa Lajes Logística S/A,
109 que apresentou suas preocupações por conta do tombamento e da proteção
110 ambiental, mas em uma situação como essa, o Estado tem que se preocupar com a
111 regulamentação do uso da área, que não pode ficar sem regulação de uso e
112 desprotegida, então, se reuniu várias vezes com os procuradores da república
113 discutindo estratégias para viabilizar a proteção ambiental. Realizaram uma reunião
114 com o **secretário Eduardo Taveira** e com o Ministério Público Federal para debater
115 essas questões e construir uma proposta. Enquanto isso, judicialmente peticionou nos
116 autos do processo, que o Estado tinha o interesse em fazer um acordo e solicitou uma
117 reunião com o Procurador Geral da República, Augusto Aras, e foi atendido por duas
118 procuradoras que fazem sua assessoria, que por não terem conhecimento do caso
119 precisaram estudar o processo antes de se posicionarem. Nesse meio tempo, foi
120 resolvido estrategicamente realizar a construção de uma proposta, que na sua
121 manifestação inicial era a de tornar a área uma Área de Relevante Interesse
122 Ecológico, só que os próprios técnicos da SEMA o alertaram para os limites territoriais
123 que esse modelo exige, e a área em questão é muito maior que o previsto por esse
124 modelo. Foi sugerido pelos técnicos a criação de um Rio Sene, mas na última reunião
125 comentaram a existência de uma proposta da FVA, sobre o funcionamento no formato
126 de um mosaico, que é uma proposta de estudo mais consolidada que foi apresentada





127 à Procuradoria da República, onde ficou combinado com os procuradores que após o
128 estudo da proposta, fizessem uma visita *in loco* para que as lideranças dessas áreas
129 sejam ouvidas, para que suas demandas constem no processo e sejam levadas em
130 consideração na construção do acordo. Atualmente, está aguardando uma resposta
131 das procuradoras da república que ficaram de estudar o caso, sendo que elas
132 notificaram várias entidades públicas federais e estaduais para saber qual a posição
133 deles. **A Presidente da Sessão, Christina Fischer**, agradeceu a apresentação
134 dizendo que estavam conversando com a respeito dessa mobilização que poderia ser
135 feita durante a visita que a Procuradoria Geral da República faria à região, e seria
136 importante ter pessoas de dentro do conselho que pudessem acompanhar essa
137 situação, uma vez que será necessário que se escute as lideranças locais e incorpore
138 todas as suas demandas. **O representante do FÓRUM DAS ÁGUAS, Sandoval**
139 **Alves Rocha**, agradeceu o convite para participar dessa reunião, e disse que na
140 reunião que foi realizada anteriormente com a SEMA, puderam expor um pouco a sua
141 posição, pois, sabem que a questão da preservação do Encontro das Águas é uma
142 preocupação muito grande por parte da sociedade como um todo e esse tombamento
143 está sendo estudado pela Ministra Carmen Lúcia, do STF, que está prestes a dar um
144 resultado para isso. **O representante da PGE, Daniel Pinheiro Viegas**, esclareceu
145 que a Ministra Carmen Lúcia não vai dar um veredicto agora, pois, o processo foi
146 suspenso para a realização de um acordo que garanta o tombamento e a proteção da
147 área. **O representante do FÓRUM DAS ÁGUAS, Sandoval Alves Rocha**,
148 agradeceu a informação dizendo não saber que não havia mais oposição ao
149 tombamento, sendo que ao seu ver o tombamento da área e a construção do Porto
150 das Lajes são coisas incompatíveis, e isso o preocupa, pois, esses projetos como
151 esses, de portos, mineração, hidrelétricas, complexos fabris, entre outros, são projetos
152 milionários que são impostos e elaborados para a Amazônia, muitas vezes sem a
153 menor negociação, e trazem prejuízos a todo o sistema ecológico e aos povos e
154 comunidades envolvidos, e antes de qualquer acordo seria necessário analisar quais
155 serão os impactos dessa obra. Outra questão de análise feita pelo Fórum das Águas,
156 seria o saneamento básico no Estado do Amazonas, sendo que sempre procuram
157 informações nas instituições e encontram muitas dificuldades para obtê-las e são





158 necessárias para que possam embasar suas opiniões e pede que a secretaria
159 compartilhe essas informações para que possam participar mais efetivamente dos
160 debates. Concluiu dizendo que pelo que foi dito pelo procurador Daniel Veigas, então
161 não há nenhuma proposta definitiva para ser apresentada, sendo que ainda está em
162 processo de elaboração. **A Presidente da Sessão, Christina Fischer**, pontuou que
163 a questão do saneamento seria um tema importante para colocar na pauta da reunião
164 do **Conselho Estadual do Recursos Hídricos**, sendo que já estão tentando fazer
165 uma pauta específica com a companhia de abastecimento de água, e convida o Fórum
166 das Águas para participar da reunião quando for agendada. Sobre a proposta que está
167 sendo elaborada, há a preocupação de colocá-la em uma categoria que fosse a
168 melhor possível para agregar todos os aspectos necessários para a proteção da área,
169 e nesse sentido, o melhor formato é terem diferentes tipos de unidades de
170 conservação para que possam contemplar as características diferenciadas de cada
171 uma, e a princípio fazer uma Área de Relevante Interesse Ecológico não seria o mais
172 adequado e irão encontrar a melhor maneira para resolver isso. **O representante do**
173 **Fórum das Águas, Valter Calheiros**, cumprimentou a todos dizendo que
174 acompanham o processo do tombamento do Encontro das Águas desde o início e
175 uma das coisas que os preocupava era a construção desse Porto das Lajes, pois,
176 pouco se fala de onde vai acontecer a intervenção para a sua construção e o terreno
177 do porto é bem na boca de cima do lago do Aleixo, o que acarretaria no fechamento
178 dessa área e na boca de baixo, que sai da Colônia Antônio Aleixo, já tem problemas
179 com outras situações, então precisam ter atenção especial com esse lago. Essa luta
180 do SOS Encontro das Águas começou com esse lago, que na época possuía muitas
181 serrarias no seu entorno, essa luta foi vencida, mas ainda possui muita poluição na
182 área. Sobre o processo de tombamento, ressaltou que se não há obstáculo a isso
183 então está na hora de retirar o processo que está no STF que fala do pedido do
184 destombamento e pede para que o procurador explique como fica essa situação.
185 Outra questão é com relação ao STF ter suspenso o processo em favor de um
186 acordo, por conta dessa preocupação, pergunta ao procurador Daniel Viegas se esse
187 acordo é em prol da construção do porto ou se é sobre outro direcionamento. **O**
188 **Conselheiro representante da ARATRAMA, Alberto Jorge Rodrigues da Silva**,





189 fez um adendo dizendo que o projeto da construção do Porto das Lajes é perverso e
190 não se restringe somente à área do Lago do Aleixo, então o processo de tombamento
191 não pode ser deixado de lado e as discussões precisam continuar, pois, o Encontro
192 das Águas engloba uma área maior do que se pensa, as comunidades do entorno que
193 podem ser afetadas são muito maiores, e as pessoas estão muito desconfiadas de
194 como o Estado vem tratando essa questão, para exemplificar, citou o Gasoduto de
195 Coari, a construção da BR-174 e da BR-319, sendo que projetos milionários desse
196 tipo podem causar impactos ambientais, a morte de indígenas e prejuízos às
197 comunidades que vivem no entorno dessas áreas, e sugeriu a criação de um grupo
198 de trabalho para visitar essas comunidades que serão afetadas para entender suas
199 preocupações e tratar esse assunto de maneira adequada. **A Presidente da Sessão,**
200 **Christina Fischer,** reiterou a sugestão de criar um grupo de trabalho para tratar desse
201 assunto, e pediu ajuda ao procurador Daniel Viegas para tirar dúvidas sobre o
202 licenciamento ambiental desse empreendimento já que não está presente nenhum
203 representante do IPAAM para ajudar nessa questão. **O representante da PGE,**
204 **Daniel Pinheiro Viegas,** respondeu que não pode se colocar contra ou favor nessa
205 questão sem apresentar uma proposta adequada, esclareceu que atende a empresa,
206 mas não está tratando sobre esse acordo com a mesma e sim com o Ministério Público
207 Federal. Explicou para os representantes do Fórum das Águas que ele poderia ter
208 desistido da ação em que o estado pede a anulação do tombamento, mas o efeito
209 prático disso seria ocorrer o reconhecimento do tombamento, que acha que se a
210 decisão for julgada normalmente isso irá acontecer de qualquer forma, e o Estado já
211 tem orientação técnica do IPAAM e da SEMA concordando com os termos do
212 tombamento, mas só ele não garante a proteção da área. O Lago do Aleixo ainda
213 sofre problemas graves com a questão de depósito de resíduos, falta um projeto pra
214 essa região e por isso não pode se colocar contra a construção do Porto das Lajes
215 sem ter regulamentações que protejam a área e que embasem essa oposição e
216 concordou com a sugestão do **conselheiro Alberto Jorge,** sobre a criação de grupo
217 de trabalho para que o CDSPCT/AM possa elaborar uma proposta sobre isso, e
218 alertou ao conselho que existem vários projetos de portos atualmente , e o Porto das
219 Lajes teve seu projeto arquitetônico todo de acordo com o tombamento, mas precisam





220 existir outros instrumentos para garantir a proteção da área. **O representante do**
221 **Fórum das Águas, Sandoval Alves Rocha**, comentou que é lamentável que uma
222 discussão dessa que envolva os povos e comunidades tradicionais tenha que ir para
223 o STF, que está tão distante dessa realidade, pois, quem deve decidir isso é a própria
224 comunidade que será diretamente afetada por esses projetos. Um segundo ponto
225 seria a respeito das alterações que foram feitas no código ambiental para alguns
226 setores, e pergunta até que ponto isso afetaria essa área das comunidades do porto
227 e a construção dessa obra, finalizou agradecendo ao Dr. Daniel Veiga por estar
228 compartilhando essas informações tão importantes. **O representante do Fórum das**
229 **Águas, Valter Calheiros**, fez uma ressalva quanto a fala do Dr. Daniel, quando disse
230 que a Ministra Carmen Lúcia já fez autorizou algumas licenças e isso vai de encontro
231 com a fala do **Sandoval Alves Rocha**, que comentou que a sociedade tem dificuldade
232 de receber informações e acompanhar as decisões que estão sendo deliberadas, e
233 espera que com essas reuniões online isso se torne mais acessível. A última
234 observação seria sobre a questão da suspensão do processo que solicita a anulação
235 do tombamento para a realização do acordo, ele espera que consigam conversar com
236 os três entes federados que são envolvidos nessa questão do tombamento. **A**
237 **conselheira representante da AMARN, Maria Isabel de Oliveira da Silva**,
238 comentou que acompanha quatro associações indígenas em Manaus, e há duas
239 comunidades em Manaus que estão ameaçadas, seja por milicianos ou por
240 empresários, e pergunta como o Conselho pode agir para resolver algo desse tipo, e
241 ressaltou a importância da criação de um grupo de trabalho para conversar com essas
242 populações, assim como foi sugerido pelo **Conselheiro Alberto Jorge**, e finalizou
243 comentando que participou de um grupo do Instituto Acariquara onde discutiram essa
244 questão de território e meio ambiente, e muitos questionaram a ausência de lideranças
245 de povos indígenas, como a COIAB, e perguntou se o Conselho tem conhecimento
246 sobre esses grupos que dizem defender a Amazônia e se faz o acompanhamento
247 dessas instituições. **O representante da PGE, Daniel Pinheiro Viegas**, começou
248 respondendo aos representantes do Fórum das Águas, dizendo que eles tinham a
249 dificuldade de receber as informações e ele tinha a dificuldade de entrar em contato
250 com eles e que desde que recebeu o processo em 2018 vem tentando entrar em





251 contato. Com relação ao que falaram sobre o STF decidir sobre a vida dessas
252 comunidades e que eles deveriam ter o direito de se manifestar, na verdade essa
253 população tem sim esse direito garantido pela Convenção 169, que inclusive está
254 ameaçada com um projeto de lei no Congresso, ela garante a vida e a manifestação
255 dessas comunidades e se colocou à disposição para entrarem em contato com ele
256 para debaterem e ficarem informados sobre o processo, e essas comunidades devem
257 aparecer dentro do processo com suas respectivas demandas, pois seu objetivo é que
258 o acordo garanta políticas públicas para essa população, e que possam ir além da
259 questão do tombamento. Sobre a lei de licenciamento, ela ainda está no senado e não
260 fará muita diferença para projetos de grande impacto, esses projetos ainda terão que
261 apresentar estudos e relatórios de impacto ambiental. Em relação ao que foi colocado
262 pela **Conselheira da AMARN, Maria Isabel de Oliveira da Silva**, respondeu que
263 conhece a comunidade sobre a qual ela comentou e que é triste saber que há
264 lideranças que estão ameaçadas e concorda com a criação do grupo de trabalho, mas
265 deve ser formado por pessoas que conheçam mais profundamente a área e a região
266 e que seja específico para tratar sobre a segurança das lideranças de povos e
267 comunidades tradicionais, para que por meio desse GT o conselho possa provocar a
268 secretaria para que entrem em contato com a Secretaria de Segurança Pública para
269 tomar as medidas necessárias, e o GT poderia chamar a liderança ameaçada para
270 dar seu depoimento para que a secretaria faça o encaminhamento. **A Conselheira da**
271 **AMARN, Maria Isabel de Oliveira da Silva**, perguntou se o GT deveria ser composto
272 por essas lideranças. **O representante da PGE, Daniel Pinheiro Viegas**, respondeu
273 que deveria ser formado por membros do Conselho, e como essas ameaças são
274 coisas recorrentes, é importante criar esse grupo. Lembrou que uma das conquistas
275 do **Conselheiro Alberto Jorge** foi a articulação com o Ministério Público Federal onde
276 incluíram na formação dos novos policiais militares uma fala sobre as culturas de
277 matrizes africanas, e é importante identificar os indígenas que fazem parte da polícia
278 militar e trazê-los para perto do Conselho. **A Presidente da Sessão, Christina**
279 **Fischer**, reiterou a sugestão **do representante da PGE, Daniel Viegas**, sobre a
280 criação do GT específico para tratar da segurança dessas populações. E com relação
281 a participação das representações e das lideranças indígenas, a COIAB e a FUNAI





282 possuem assentos nos Conselhos e **o Conselheiro Ricardo Luiz, FUNAI**, participa
283 efetivamente das discussões. Em seguida passou a palavra para os demais
284 conselheiros se manifestarem. **A Conselheira representante do GTA, Adenilde**
285 **Pinto de Almeida**, cumprimentou a todos e perguntou ao **representante da PGE,**
286 **Daniel Viegas** se em algum momento as comunidades foram escutadas, pois, o
287 primeiro passo seria a realização dessa consulta e observou que o processo se
288 encontra no STF, bem distante dessas comunidades, e é através dos Conselhos
289 voltados à essa população que deveria vir o direcionamento para se chegar a eles, e
290 quando for criado o GT deverá ter um representante do CDSPCT/AM,
291 independentemente de ter a UFAM, o IPAAM, ou o IPHAN, e contar com a
292 participação dos povos indígenas. **A representante do Fórum das Águas, Gleice**
293 **Oliveira**, cumprimentou a todos dizendo que é uma satisfação poder debater e
294 compartilhar essa discussão com esse Conselho, pois pode observar que a
295 preservação da área ampliada do Encontro das Águas é um tema que preocupa a
296 todos os presentes, e como professora, considera que todas as suas ações podem e
297 devem ser ações educativas, e embora o processo já esteja no STF, deveriam
298 propiciar mais espaços de difusão e diálogo com as comunidades que estão direta e
299 indiretamente envolvidas, para que elas possam ficar informadas e expor suas ideias.
300 Entende-se por população indiretamente envolvida, toda a sociedade que vive no
301 Estado do Amazonas, e o tema referente a preservação das fontes de água potável
302 deve ser algo popularizado, disseminado, para que todos entendam a sua importância
303 e possam ter informações quanto às discussões que envolvem essa temática, e o
304 Conselho deve agir para tornar esses diálogos possíveis. **O Conselheiro**
305 **representante da ARATRAMA, Alberto Jorge Rodrigues da Silva**, levando em
306 consideração a experiência que se tem com grupos de trabalho, comentou que o
307 grupo pode ser composto por pessoas ligadas a causa, autoridades acadêmicas, e
308 acima de tudo, representações da comunidade, pessoas que estão realmente vivendo
309 a situação, e para trazer de volta a confiança dessas comunidades é necessário dar
310 voz a essas populações, sendo assim, pede que o Conselho dê prioridade à questão
311 da segurança das lideranças dos povos e comunidades tradicionais que vêm sofrendo
312 ameaças e têm seu direito de ir e vir negados. **A presidente da sessão, Christina**





313 **Fisher**, informou que será feita a formalização da criação desse grupo de trabalho e
314 que precisa saber quais instituições farão parte dele, inclusive as representações das
315 comunidades, para que possam entrar em contato, e também fica o encaminhamento
316 sobre criação de um grupo de trabalho específico para tratar da segurança dos líderes
317 das comunidades e dos povos tradicionais. Em seguida fez os encaminhamentos das
318 questões que foram discutidas na reunião, que foi o andamento do processo do
319 tombamento do Encontro das Águas e a criação dos dois grupos de trabalho e deu
320 prosseguimento à reunião. **O representante da PGE, Daniel Pinheiro Viegas,**
321 **respondeu à Conselheira Adenilde de Almeida** que a falta de consulta à comunidade
322 foi algo que o incomodou quando soube do processo, pois, na verdade ele foi
323 oficializado rapidamente enquanto discutiam o tombamento, então o Estado não teve
324 tempo de se preparar, e ao seu ver, esse é o momento de se organizarem para garantir
325 a abertura desses espaços de escuta, e para manter a discussão do grupo de trabalho
326 objetiva, ele deve ser formado somente por membros do Conselho que irão ouvir
327 essas pessoas para fazer os relatórios com os encaminhamentos que irão dar ciência
328 nos autos do processo e com o Ministério Público Federal. **A presidente da sessão,**
329 **Christina Fischer,** agradeceu a recomendação com relação a criação do grupo de
330 trabalho, e garantiu que a SEMA fará o encaminhamento tendo ciência de que as
331 representações das comunidades não poderão integrar esse grupo, mas que o
332 assunto será levado até eles por meio dos membros do grupo de trabalho e deixa em
333 aberto para que os membros do Conselho se candidatem para integrá-lo. **O**
334 **Conselheiro representante da ARATRAMA, Alberto Jorge Rodrigues da Silva,**
335 explicou que a criação desse grupo de trabalho deverá ser formalizada, publicada em
336 Diário Oficial do Estado para que tenham o poder de convocar as representações
337 dessas populações e para que os documentos gerados a partir dessas discussões
338 possam ter formalidade e sugeriu que a SEMA garanta a ida dos Conselheiros até
339 essas pessoas, quando necessário, e que tenha o comprometimento dos membros.
340 **A Conselheira representante do GTA, Adenilde Pinto de Almeida,** sugeriu que
341 seja formalizado um cronograma, com o prazo definido para a realização desse
342 trabalho, pois, essas atividades serão importantes para o Ministério Público anexar ao
343 processo. **A presidente da sessão, Christina Fischer,** concordou com a sugestão e





344 iniciou a formação do grupo de trabalho, que ficou composto pelas seguintes
345 instituições: GTA, ARATRAMA, CONAB e SEMA. As demais instituições sugeridas,
346 AMARN e UFAM, seriam consultadas posteriormente e aproveitou a formação do
347 grupo para sugerir que coloquem na agenda a pauta sobre a questão da segurança
348 das lideranças dos povos e comunidades tradicionais, pois, não teriam instituições
349 suficientes para formar outro grupo de trabalho. **O representante da PGE, Daniel**
350 **Veigas**, sugeriu que antes de marcarem uma reunião, deveriam fazer a relação das
351 pessoas que devem ser ouvidas por esse grupo e debater a proposta de estudo da
352 WCS, que o Estado entregou para a Procuradoria da República, esses dois
353 encaminhamentos são essenciais para ajudar na ação judicial. Após as sugestões, **a**
354 **presidente da sessão** fez os encaminhamentos, que conforme sugestão **da**
355 **Conselheira Adenilde**, a primeira reunião do GT seria no dia 28 de maio de 2021,
356 das 14h30m às 16h, contendo o roteiro de atividades para que façam o levantamento
357 documental do processo, fazer a relação das comunidades a serem ouvidas e elaborar
358 o calendário para essas visitas, e determinou o prazo de 120 dias para a realização
359 desse trabalho, pois este seria o prazo de julgamento do processo. Seguindo para os
360 informes, consultou o Conselho sobre a possibilidade da realização de uma reunião
361 extraordinária no dia 07 de julho de 2021, onde a pauta seria o acompanhamento do
362 plano de ação dos integrantes do Conselho, relacionadas às ações de apoio e
363 prevenção ao Covid-19, para que possam montar uma estratégia de apoio eficaz para
364 as comunidades e povos tradicionais. Sem manifestações contrárias, a data para a
365 reunião foi aprovada. **O Conselheiro representante da ARATRAMA, Alberto Jorge**
366 **Rodrigues da Silva**, reforçou a urgência na situação da vacinação dos povos e
367 comunidades tradicionais que vivem dentro do perímetro urbano, que não estão
368 contemplados no plano de vacinação, pois, o governo delimitou a vacinação
369 especificando os quilombolas e indígenas que vivem aldeados, e antes que entrem
370 com ação judicial para resolver essa questão, pede que o Conselho solicite
371 informações à FVS e à Secretaria de Saúde. **A presidente da sessão, Christina**
372 **Fischer**, acatou o encaminhamento do **Conselheiro Alberto Jorge** e agradeceu a
373 presença de todos nesse debate. Após as considerações finais, deu por encerrada a
374 Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de





375 Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas. Eu, Glauce Maria Tavares
376 Monteiro, _____, assessora do CDSPCT/AM, lavrei a presente ATA, onde
377 consta a lista de frequência de todos os presentes na sala de reunião virtual da
378 plataforma TEAMS.

379

380

381

ANEXO I

FREQUÊNCIA EXTRAÍDA DO TEAMS

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDSPCT/AM					
HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO		19/05/2021 08:39			
HORA DE TÉRMINO DA REUNIÃO		19/05/2021 12:00			
INSTITUIÇÕES PRESENTES (A)		11			
CONVIDADOS E/OU OUVINTES (B)		2			
TOTAL DE INST. PARTICIPANTES (A+B)		13			
INSTITUIÇÕES AUSENTES: SEC, MMTR/AM, IPDA, AASTRALL, ADS, ASPROC, APROCAM, ASPROJU, AQB, CGTT, CNPA, COIAB, COVEMA, FEPECA, FETTAGRI, FOIRN, GRUCATE, SEBRAE, CNS, EMBRAPA, F A S, FUNAI, FVA, ICMBIO, INPA, IPAAM, MDA, MDS, MMA, SEDECTI, SETRAB E STTRL.					
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:					
	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	HORÁRIO DE ENTRADA	HORÁRIO DE SAÍDA	FUNÇÃO
01	Glauce Ma. Tavares Monteiro	ASSCOL/SEMA	19/05/2021 08:28	28/05/2021 11:59	ASSESSORA CEMAAM
02	Henrique dos Santos Pereira	UFAM	19/05/2021 08:52	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRO
03	Christina Fischer	SEMA	19/05/2021 08:56	19/05/2021 12:00	PRESID. DA SESSÃO
04	Sandoval Alves Rocha	FÓRUM DAS ÁGUAS	19/05/2021 09:04	19/05/2021 11:59	CONVIDADO
05	Nadiele Pereira Pacheco	IDAM	19/05/2021 09:07	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRA
06	Gilberto Ribeiro	FÓRUM DAS ÁGUAS	19/05/2021 09:09	19/05/2021 11:59	CONVIDADO
07	Lucinete Gadelha UEA	UEA	19/05/2021 09:10	19/05/2021 12:00	CONSELHEIRA
08	Ismael da Costa Silva	SECT	19/05/2021 09:16	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRO
09	Adenilde Pinto de Almeida	GTA	19/05/2021 09:17	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRA
10	Valter Calheiros	FÓRUM DAS ÁGUAS	19/05/2021 09:19	19/05/2021 11:36	CONVIDADO



11	Alberto Jorge Rodrigues da Silva	ARATRAMA	19/05/2021 09:20	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRO
12	Daniel Pinheiro Viegas	PGE	19/05/2021 09:21	19/05/2021 12:00	CONVIDADO
13	Gleice Oliveira	FÓRUM DAS ÁGUAS	19/05/2021 09:22	19/05/2021 11:59	CONVIDADA
14	Serafim José Taveira Junior	CONAB	19/05/2021 09:31	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRO
15	Maria Joselma Rodrigues Silva	MAPA	19/05/2021 09:31	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRA
16	Sheron Torres de Macedo	SEPROR	19/05/2021 09:33	19/05/2021 11:59	CONSELHEIRA
17	Lilia Marina Ferreira de Assunção	FÓRUM DAS ÁGUAS	19/05/2021 09:34	19/05/2021 11:59	CONVIDADO
18	Maria Isabel de Oliveira da Silva	AMARN	19/05/2021 10:33	19/05/2021 11:19	CONSELHEIRA

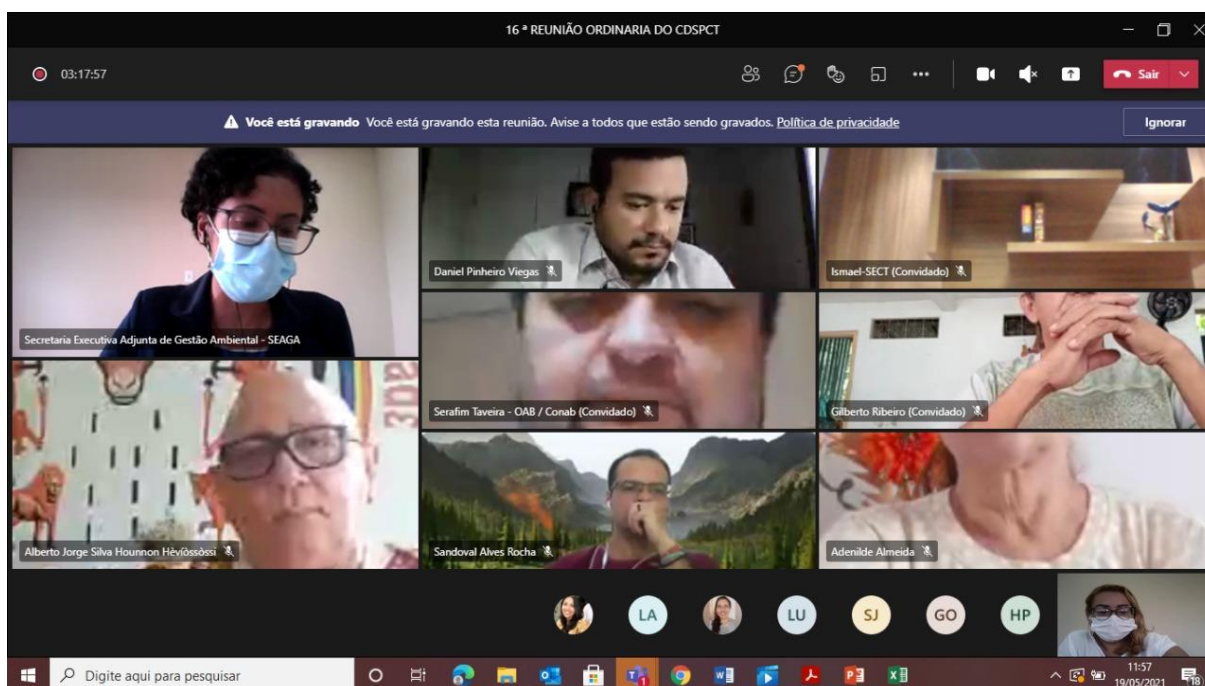
382

383

384

385

ANEXO II REGISTRO FOTOGRÁFICO



386





387

